

Gerdau apóia exigências do FMI

Porto Alegre — O presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, considerou ontem que as exigências do FMI, ou a receita imposta para o país conseguir os empréstimos que pleiteia, têm pontos positivos, pois vão auxiliar o Brasil na gestão fiscal e monetária, além de acelerar o processo de aprimoramento na gestão da despesa pública, que é o maior desafio do Governo.

Para o empresário, o Governo se preocupará em atacar as três questões básicas do país, hoje: a inflação, o desemprego e o balanço de pagamentos, com ênfase nesta última, "porque já ultrapassamos o limite da sobrevivência". Jorge Gerdau espera, no entanto, que as medidas econômicas provoquem a baixa de juros, cujos índices elevados são o principal fator de desestímulo aos investimentos no setor privado.

— Os juros altos não são culpa dos banqueiros, que intermediam uma mercadoria escassa. As taxas elevadas são o resultado da grande captação de recursos por parte do Governo, mais inclusive do que a sociedade está em condições de suportar, observou Jorge Gerdau Johannpeter, acrescentando que

quanto mais o Governo captar para si próprio, menos sobrá para o setor privado investir.

Num debate para a Associação dos Jornalistas Econômicos do Rio Grande do Sul, que teve também a participação da economista gaúcha, Yeda Crusius, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter criticou a política econômica do Governo, que, apesar de ser rotulada de monetarista, "não tem sustentação de cobrir seus déficits com uma política fiscal adequada", comentou.

Segundo a economista Yeda Crusius, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Governo não deseja um ano recessivo para 1983, porque isto reduziria as receitas para a União. Ela considera, portanto, que haverá poucas opções ao Governo: promover o desemprego no setor público, ou repassar suas empresas mais rentáveis para o setor privado (e se o setor privado despedir é problema dele); aumentar a carga fiscal (o que é praticamente impossível, pois já está esgotada a capacidade da sociedade); ou, por último, diminuir os gastos do Governo com despesas de pessoal, isto é, reduzindo salários.